

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014.

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em uso um terreno, para a construção e funcionamento do Centro Comunitário dos Moradores do Bairro Centro Novo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,

Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em uso a fração ideal de 932,75m² inserido no condomínio registrado sob nº 5.470 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba, RS, para a construção e funcionamento do Centro Comunitário dos Moradores do Bairro Centro Novo.

Parágrafo único. O terreno a ser cedido está assim caracterizado: Um lote de 932,75m² (novecentos e trinta e dois metros e setenta e cinco decímetros quadrados), medindo ao LESTE, 37,50m (trinta e sete metros e cinquenta centímetros) no alinhamento da rua São Paulo distante 14,50m (quatorze metros e cinquenta centímetros) da Rua Goiás, que lhe fica ao Norte; ao OESTE, mede 8,00m (oito metros) no alinhamento da rua Quarai, distante 22,50m (vinte e dois metros e cinquenta centímetros) da Rua Goiás, que lhe fica ao Norte; ao NORTE, mede 41,00m (quarenta e um metros) na divisa com Área Verde do mesmo condomínio; ao SUDOESTE, mede 50,51m (cinquenta metros e cinquenta e um centímetros) na divisa com os lotes 10 e 11 da quadra 11 do Loteamento Centro Novo, no quarteirão formado pelas ruas São Paulo, antigo Acesso 7B, Goiás, antigo Acesso 2B, Rua Quarai, antigo acesso 4B e Vacaria, antiga Rua V.

Art. 2º O prazo para a cessão de uso do imóvel descrito no artigo antecedente se dará por tempo indeterminado, enquanto persistir o interesse público, a critério do Poder executivo Municipal.

Art. 3º O imóvel cedido destina-se única e exclusivamente para o funcionamento do Centro Comunitário descrito no *caput* do art. 1º nas atividades

propostas no seu Estatuto, bem como observando a legislação municipal, estadual e federal, sendo vedado o seu uso para qualquer outro fim.

Art. 4º O não cumprimento do artigo antecedente, ocasionará a revogação automática da presente lei, não cabendo ao cessionário nenhuma indenização a qualquer título.

Art. 5º A cessionária deverá fornecer toda e qualquer documentação sempre que solicitada pelo Município, no prazo de quinze dias, sob pena de retomada da área.

Art. 6º A presente cedência será formalizada através de Termo de Cedência.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 24 de dezembro de 2014.

DOMINGOS SÁVIO SALVADOR
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 164, de 24 de dezembro de 2014, que ***“Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em uso um terreno, para a construção e funcionamento do Centro Comunitário dos Moradores do Bairro Centro Novo, e dá outras providências”***

O presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em uso a fração ideal de 932,75m² inserido no condomínio registrado sob nº 5.470 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba, RS, para a construção e funcionamento do Centro Comunitário dos Moradores do Bairro Centro Novo

É de se ressaltar que a entidade é reconhecida como de utilidade pública, através da Lei Municipal nº 4.164/2014, bem como devidamente inscrita e certificada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Eldorado do Sul sob o nº 014.

Ainda, a referida entidade recebe alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento, os quais são repassados aos menores carentes desta municipalidade, bem como realizam atividades típicas de assistencialismo e voluntariado, utilizando-se dos membros da Associação para essa finalidade, que são todos voluntários.

Portanto, em razão da importância dos serviços prestados pela entidade é que se fundamenta o envio deste Projeto para apreciação dos nobres Edis, a fim de autorizar a cessão de uso da área para regularizar a entidade que já estava informalmente e precariamente instalada, que objetiva a ampliação dos serviços prestados àquela comunidade.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviamos também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

DOMINGOS SÁVIO SALVADOR
Prefeito Municipal em exercício